
O SIGNIFICADO DO TRABALHO EM TEMPOS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA
THE MEANING OF WORK IN TIME OF PRODUCTIVE REORGANIZATION

Carla Vaz dos Santos Ribeiro*

Denise Bessa Léda**

Resumo

O presente estudo tem por objetivo investigar qual o significado do trabalho na sociedade contemporânea. Resgata-se os sentidos do trabalho chegando até o momento atual, caracterizado pelo desemprego, pela precarização e pela desvalorização do trabalho, no seu papel de realização pessoal. Identifica-se um crescente esvaziamento do valor social e psicológico do trabalho, percebe-se uma tendência a uma mercantilização do mesmo. Há uma retirada do valor positivo do trabalho, que tem sido freqüentemente reconhecido como um mero acesso a bens materiais. Questiona-se sobre os riscos do processo de desumanização do trabalhador exposto a situações de trabalho precarizadas e aponta-se para a urgente necessidade de pesquisas na área de saúde do trabalhador que possam fomentar políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVES

Significado do trabalho; reestruturação produtiva; trabalho precarizado.

A palavra trabalho vem do latim *tripalium*, termo utilizado para designar instrumento de tortura, ou mais precisamente, “instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, nas quais agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los” (ALBORNOZ, 1994, p.10).

Por muito tempo o significado de trabalho foi associado a fardo e sacrifício. Na Grécia Antiga, o trabalho era desprezado pelos cidadãos livres. Platão considerava o exercício das profissões vil e degradante. Nos primeiros tempos do cristianismo, o trabalho era visto como tarefa penosa e humilhante, como punição para o pecado. Ao ser condenado, Adão teve por expiação trabalhar para ganhar o pão com o suor do seu próprio rosto.

A concepção de trabalho como fonte de identidade e auto-realização humana, foi constituída

* Professora Mestre do Departamento de Psicologia/Universidade Federal do Maranhão

** Professora Mestre do Departamento de Psicologia/Universidade Federal do Maranhão e Doutoranda do Programa de Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

a partir do Renascimento. O trabalho adquire então um significado intrínseco, “as razões para trabalhar estão no próprio trabalho e não fora dele ou em qualquer de suas conseqüências”.(ALBORNOZ,1994,p.59). A partir dessa época, uma outra visão passou a vigorar, concebendo o trabalho não mais como uma ocupação servil. Longe de escravizar o homem, entende-se que propicia o seu desenvolvimento, preenche a sua vida, transforma-se em condição necessária para a sua liberdade.

A categoria trabalho não pode ser pensada como natural ou a-histórica. O trabalho impregnado de toda uma subjetividade, inserido em um contexto econômico/ político/ social com tantas diversidades, leva os indivíduos a terem vivências bastante distintas. Ao longo dos tempos, identifica-se duas visões contraditórias do trabalho que convivem nos mesmos espaços, e por vezes, um mesmo indivíduo revela sentimentos ambíguos em relação a sua vida profissional.

A noção de trabalho humano associa-se a um significado simultaneamente penoso, expresso, por exemplo, na formação cultural cristã, pela condenação de Adão no Velho Testamento, e gratificante, expresso pela interpretação humanista do trabalho como mimesis do ato divino de criação (LIEDKE,1997, p.272).

Constata-se, portanto, que o trabalho apresenta duas perspectivas distintas. A primeira referente a um caráter negativo; e a segunda a uma dimensão positiva. Em alguns momentos representa castigo divino, punição, fardo, incômodo, carga, algo esgotante para quem o realiza. Em outros, espaço de criação, realização, crescimento pessoal, possibilidade de o homem construir a si mesmo e marcar sua existência no mundo.

O grau máximo de realização com o trabalho se dá na época da produção artesanal, quando o trabalhador acompanha e interfere em todas as etapas do processo produtivo. O artesão revela uma grande identificação com o seu produto, ele se sente diretamente responsável pelos resultados obtidos.

Com a Revolução Industrial a emoção é retirada do local de trabalho. A racionalização é a palavra mais repetida no mundo dos negócios. A programação e o controle são determinantes, tudo é calculado, preciso. O cronômetro entra na fábrica, apodera-se dela, regula-a, domina-a, ultrapassa os seus muros e vai ditar formas de convivência para uma nova sociedade.

O método taylorista/fordista utilizado nas indústrias rapidamente contagia outras organizações, incluindo igreja, família e tipos de lazer. Novos valores passam a determinar a sincronização dos tempos de vida e do trabalho, são estabelecidos horários exatos para chegar e sair da fábrica, tempo predeterminado para executar uma tarefa. O consumo do tempo livre é monitorado, a quantidade e as formas de lazer devem ser adequadas para não interferir na disposição e produtividade do operário.

O trabalho passa a ser reconhecido como uma atividade central que ocupa de forma quase total o espaço de vida, na medida em que absorve a maior parte do tempo do indivíduo e em que é criado um novo espaço social para lhe dar o suporte necessário.

As pessoas ficam submissas às leis impostas pelas fábricas, ocorrendo um controle das suas vidas privadas. Há uma tentativa de adequação das relações sociais desenvolvidas extra-produção a uma racionalidade econômica e técnica que opera no interior das indústrias. A indústria transforma o conceito de trabalho e dita novos valores à sociedade da época, criando assim o que se pode chamar de Sociedade Industrial.

No início da década de 70 com a crise do capitalismo, o modelo taylorista/ fordista começou a dar os seus primeiros sinais de decadência. O mundo foi palco de muitas mudanças, o que gerou significativas transformações nas relações de trabalho. Tornou-se necessária uma nova forma de organização industrial, com uma estrutura mais flexível para adequar-se com mais facilidade as constantes transformações do mercado.

Muitos fatos pressionaram os empresários, impulsionando-os a reverem os seus princípios de gestão administrativa. Dentre eles, pode-se citar: a crescente concorrência japonesa; o aumento do grau de exigência dos clientes, que não estavam mais dispostos a consumir produtos fabricados em série sem nenhuma diferenciação; a queda da taxa de lucro; a eclosão de revoltas do operariado e a crise do *Welfare State*. É nesse contexto que emerge a era da acumulação flexível, caracterizada por um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho.

O SIGNIFICADO DO TRABALHO NA ERA DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Na década de 80, o modelo japonês, também conhecido como toyotismo, consagrou-se. Os empresários ocidentais buscavam soluções para os seus problemas na experiência nipônica. Uma nova forma de organização da produção e do trabalho dissemina-se, inicialmente nas indústrias, abarcando posteriormente a área de serviços.

Muitas empresas realizam um verdadeiro “desmonte”, dividindo-se em pequenos grupos por diferentes partes do mundo, numa relação de terceirização ou subcontratação. Vivencia-se um gradativo desaparecimento dos empregos permanentes somados a uma crescente precarização e instabilidade do trabalho.

A classe trabalhadora convive com a fragmentação e a heterogeneidade em sua atual composição, enfrentando a realidade de “acordos” e “concessões” das mais diversas ordens para a sua sobrevivência.

As relações empregado-sindicato também vêm sofrendo mudanças significativas. Os sindicatos de classe que não têm se submetido à reestruturação competitiva vêm perdendo força para as organizações que se fecham na solução de seus conflitos, configurando os chamados sindicatos de empresa. A representatividade social dos sindicatos tem sido bastante reduzida, a luta das categorias e a solidariedade entre os seus integrantes estão se extinguindo, ocorre agora uma acirrada disputa entre os pequenos sindicatos pela maior competitividade, visando melhores condições de trabalho e de salário. Para Dittrich (1999, p.61): “o movimento sindical deixa de existir enquanto ator político e social em nível macro, para restringir-se às necessidades internas dos empregados na organização. Diminui seu poder de pressão e influência na negociação”

A classe-que-vive-do-trabalho experimenta uma situação de enfraquecimento e desamparo, sentindo-se constantemente apreensiva diante das mudanças de rumo de sua vida profissional. As incertezas do capitalismo flexível geram um aumento de desconfiança. Todos sofrem, o desempregado por não ver perspectivas e o empregado pelo medo de deixar de sê-lo amanhã.

No entanto, embora convivendo com esse lado sofrível do trabalho, a sociedade continua muito vinculada ao mesmo, cultivando-o como algo essencial. As pessoas cada vez mais dedicam muitas horas do seu dia às atividades profissionais, utilizam parte importante do seu tempo livre se qualificando para a empregabilidade. O sucesso é o tirano cruel que deixa sempre as pessoas com a sensação de débito consigo mesmo. “A busca da aptidão é um estado de auto-exame minucioso, auto-recriminação e auto-depreciação permanentes, e assim também de ansiedade contínua” (BAUMAN,2001, p.92/93).

Apesar do trabalho continuar sendo o centro da vida da maioria das pessoas, é crescente o número de trabalhadores que não reconhecem a esfera profissional como um espaço de realização, de reconhecimento, de poder ser útil à sociedade. Existe uma minoria de trabalhadores atuando em funções que permitem envolvimento e identificação. Há na realidade, um grande grupo que trabalha apenas por necessidade financeira, que trocaria facilmente de atividade profissional. Para esse grupo, o trabalho não é um fim em si mesmo, é exclusivamente um meio para alcançar outros objetivos.

Segundo Mascarenhas (2000, p.76) o trabalho:

(...) vem sendo reduzido a mera atividade vital, cuja única e exclusiva orientação ainda é a subsistência (...) não mais permite a possibilidade de afirmação pessoal, mas nos aprisiona junto ao impulso vital das necessidades imediatas.

Nessa mesma direção Camps (1993, p. 124) expõe que, para a concepção dominante só tem sentido o trabalho bem remunerado, “já não existe um trabalho que valha mais do que o outro: é mais válido o que paga melhor. Já não existem, portanto, profissões de maior prestígio, e sim profissões que abrem as portas para o dinheiro e o êxito”.

Há uma retirada do valor positivo do trabalho. Este tem sido freqüentemente reconhecido como um mero acesso a bens materiais, o que provoca a sua submissão às leis do dinheiro. A importância dada ao trabalho, como um instrumento de alcance do sucesso econômico, coloca em planos secundários outras esferas da vida como a familiar e a social. “É o completo vazio do dinheiro elevado a fim em si mesmo, que agora domina definitivamente a existência como deus secularizado da modernidade” (KURZ, 2002, p.15).

O homem na sociedade contemporânea é valorizado a partir do seu lugar de proprietário e consumidor - homem e mercadoria se identificam. Esse passa a ser o eixo norteador da representação que o homem elabora de si mesmo e dos outros à sua volta.

A sociedade de consumo impõe que tudo gire em torno dela, especialmente o trabalho e, considerando a centralidade do trabalho na vida das pessoas e como este perpassa as expectativas, as necessidades, a subjetividade e a identidade social do trabalhador, vem se delineando um panorama de construção de valores que não ficam restritos ao espaço organizacional, mas estão balizando a configuração das relações sociais na contemporaneidade.

Nessa corrida tudo tem sido sutilmente permitido: ser desleal, desqualificar o colega, omitir informações, entre outras tantas práticas. Sobre essa efemeridade nos laços sociais Bauman (2004, p. 112-113) afirma:

Uma inédita fluidez, fragilidade e transitoriedade em construção (a famosa ‘flexibilidade’) marcam todas as espécies de vínculos sociais que, uma década atrás, combinaram-se para constituir um arcabouço duradouro e fidedigno dentro do qual se pôde tecer com segurança uma rede de interações humanas. Elas afetam particularmente, e talvez de modo mais seminal, o emprego e as relações profissionais.

Heloani (2003, p.103) também comenta:

Se o homem passa a maior parte de seu tempo trabalhando, suas relações pessoais fora de casa deveriam ter um valor afetivo de extrema importância. No entanto, as relações de companheirismo e de amizade no trabalho não se concretizam, pois elas são passageiras, imediatas, competitivas e as ligações afetivas, os vínculos não podem estabelecer-se, já que com cada alteração rompem-se os laços, perdem-se as pessoas e daí, além do castigo do desemprego, há a solidão, a perda irreparável.

Certamente nem todos percebem como “natural” esse clima de desconfiança permanente e a prática da deslealdade. Há um desconforto que, conforme as circunstâncias a serem vividas, vai desencadeando adoecimento psíquico e somático nos indivíduos. Dejours (1999) aponta para a

existência de um “sofrimento ético” que corresponde à traição de ideais e valores apreendidos como nobres, aprovados socialmente.

O trabalho precisa estar integrado à vida, ter um sentido, não pode se restringir a ser um meio de sobrevivência. O indivíduo precisa vislumbrar a possibilidade de realização dos seus planos e projetos, desvinculados do mero acesso a bens materiais e suas simbologias. Uma atividade profissional que incorpora um significado intrínseco, que tem valor por si mesma, ajudará na construção de uma nova sociabilidade, marcada por valores éticos. No entanto, isto também exige uma outra antítese das condições atuais, isto é, trabalho para todos.

Atualmente os novos contornos do mundo do trabalho dificultam uma relação de maior envolvimento e identificação da classe trabalhadora com a vida profissional. Antunes (2001, p.24) alerta que:

Quando se visualiza e se desenha o mundo do trabalho hoje, aflora o seu traço destrutivo; o ser social que trabalha vivencia seu cotidiano entre a violência do trabalho, a violência da precarização e a violência ainda maior do desemprego.

É muito preocupante, uma atividade que deveria ser reconhecida como fonte de realização e de construção de identidade, está se revelando com frequência como geradora de sofrimento e em casos mais graves até de adoecimento.

Heloani (2003, p.102) aponta para os riscos que o trabalhador atualmente pode estar exposto quando diz que:

O mundo do trabalho torna-se, de forma rápida e surpreendente um complexo monstruoso, que se por um lado poderia ajudar, auxiliar o homem em sua qualidade de vida, por outro lado, patrocinado pelos que mantêm o controle do capital, da ferramenta diária que movimenta a escolha de prioridades, avassala o homem em todos os seus aspectos.

Vive-se um momento histórico de esvaziamento do significado do trabalho. Essa situação tem gerado “um enfraquecimento do valor social e psicológico da atividade profissional e um desaparecimento progressivo da ética do trabalho e da consciência profissional” (LEVY-LEBOYER,1994, p.59).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pergunta-se se é possível reverter esse esvaziamento do significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva? Se o homem está fadado a dedicar a maior parte da sua vida útil a uma atividade que lhe faz tanto mal? Se há possibilidade de se resgatar o valor positivo do trabalho em

uma sociedade regida pela lógica do consumo e dominada por um sistema com características tão destrutivas?

Torna-se necessário repensar a função do Estado e dos sindicatos no que se refere à defesa dos direitos do trabalhador. Vive-se um difícil momento em que se relaciona a flexibilização das leis trabalhistas com o favorecimento da criação de novos postos de trabalho. Pastore (2002, p.14) argumenta que “toda a vez que o custo de manter um emprego aumenta, as contratações arrefecem e o desemprego cresce. O inverso é também verdadeiro. Derrubando o custo do empregado, acelera-se o ritmo de contratações”. Porém esse afrouxamento do sindicato e do poder norteador do Estado, necessários para a flexibilização das leis trabalhistas, pode gerar também um aumento da violência tão presente no trabalho precarizado.

Este impasse impõe a necessidade urgente de se incrementar estudos referentes à saúde do trabalhador em uma perspectiva interdisciplinar, que possibilitem o levantamento de discussões a respeito dos impactos da reestruturação produtiva sobre a qualidade de vida no trabalho. Estudos que possam contribuir com alternativas para que as entidades representativas tenham um maior poder de luta para implementação de políticas públicas em defesa da saúde do trabalhador. Políticas públicas que possam se contrapor ao poder de destruição das leis do mercado, que busquem evitar o esvaziamento do valor positivo do trabalho, que tentem impedir a restrição da atividade laboral, algo tão central na vida das pessoas, a um espaço de sofrimento e adoecimento.

Acredita-se que não há como analisar a saúde do trabalhador e buscar a sua promoção, descolando-o do seu ambiente de trabalho e da conjuntura sociopolítica que o envolve. Comunga-se do pensamento de Rocha e Gomes (2001, p.269) de que:

A promoção de saúde dos trabalhadores está diretamente ligada à organização do trabalho, pois dela dependem a viabilização das alternativas de atuação dos trabalhadores e a reapropriação do saber e do poder decisório do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- ANTUNES, R. As formas da violência no trabalho e seus significados. In: SILVA, J., LIMA, R. e ROSSO, S. (Orgs). **Violência e trabalho no Brasil**. Goiânia: Ed. UFG, 2001. p. 20-35.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- CAMPS, V. O sentido do trabalho e o *ethos* individualista. **O Socialismo do Futuro**, n. 6, p.123-132, 1993.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

- DITTRICH, A. Psicologia Organizacional e globalização: os desafios da reestruturação produtiva. **Psicologia: ciência e profissão**, v.19, n.1, p.50-65,1999.
- HELOANI, José R. e CAPITÃO, Cláudio G. Saúde Mental e Psicologia do Trabalho. In: **São Paulo em Perspectiva**, v.17, n.2, p.102-108, 2003.
- KURZ, R. A pulsão de morte da concorrência. **Caderno Mais, Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 maiode 2002, p.3.
- LEVY-LEBOYER, C. **A crise das motivações**. São Paulo: Atlas, 1994.
- LIEDDKE, E. Trabalho. In: CATTANI, A (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Porto Alegre: Vozes, 1997. p.268-274.
- MASCARENHAS, F. Tempo de trabalho e tempo livre: Algumas reflexões a partir do marxismo contemporâneo. **Cicene**, Belo Horizonte, v.3 , n.1, p.72-89, 2000.
- PASTORE, J. Para sair da selva. **Revista Veja**, São Paulo, ano 35, n.49, p.13-15, dez.2002.
- ROCHA, Marisa L. da e GOMES, Luís G. W. Saúde e trabalho: a educação em questão. In: BRITO, Jussara et al (Orgs.) **Trabalhar na escola? “Só inventando o prazer”**. Rio de Janeiro: Edições IPUB/CUCA, 2001. p.251-277.

ABSTRACT

This study has objective to investigate the meaning of labour in contemporary society. The senses of labour are rescued until the present time characterized by unemployment precariouness and desvalorization of work, in its role of personal fulfilment. A growing emptying of the social and psychological value of work is identified as well as a tendency of commercialization. There's removed a positive value labour, this has usually being identified how simple form to access material things. This risks of the process of inhumanization of the worker, exposed to precarious work situations are questioned and the urgent need of researches in the area of worker's health which may encourage public policies are pointed out.

KEYWORDS

Labour meaning; productive restructarion; precarious work.

Recebido em: 11/04/05

Aceito para publicação em: 04/05/05

Endereço: carlavazribeiro@uol.com.br e denisebl@uol.com.br.